

Conhecimentos, práticas e atitudes frente à anticoncepção de emergência: revisão sistemática

Knowledge, practices and attitudes towards emergency contraception: systematic review

Conocimientos, prácticas y actitudes frente a la anticoncepción de emergencia: revisión sistemática

*Ana Amábile Gabrielle Rodrigues Leite**

*Ádilo Lages Vieira Passos***

*Ludgleydson Fernandes de Araújo****

*Fauston Negreiros*****

*Sandra Elisa de Assis Freire******

Resumo

O objetivo deste estudo é realizar uma revisão sistemática das publicações científicas entre 2007 e 2016 sobre os conhecimentos, as práticas e as atitudes dos participantes frente à anticoncepção de emergência (AE). Efetuou-se uma busca em três bases de dados: Lilacs, BVS-Psi e Scielo, no período de 2007 a 2016. Foram encontrados 260 artigos, sendo incluídos 25 estudos após a avaliação de três juízes independentes. Sobre os conhecimentos acerca da AE, percebeu-se que saber da existência do método não significa ter conhecimento efetivo. Já os determinantes do uso, em geral, são a falha ou o esquecimento de um contraceptivo de rotina. Finalmente, as atitudes frente à AE são mais embasadas num posicionamento pessoal subjetivo que em conhecimento efetivo.

Palavras-chave: *anticoncepção de emergência; pílula do dia seguinte; revisão sistemática.*

* Núcleo de Pesquisa e Estudos em Desenvolvimento Humano, Psicologia Educacional e Queixa Escolar (PSIQUED/CNPq). E-mail: anaamabilegabrielle@gmail.com

** Núcleo de Pesquisa e Estudos em Desenvolvimento Humano, Psicologia Educacional e Queixa Escolar (PSIQUED/CNPq). E-mail: adilolp@hotmail.com

*** Psicologia da Universidade Federal do Piauí. E-mail: ludgleydson@yahoo.com.br

**** Universidade Federal do Piauí. E-mail: faustonnegreiros@ufpi.edu.br

***** Universidade Federal do Piauí. E-mail: sandrafreire@ufpi.edu.br

Abstract

The aim of this study is to conduct a systematic review of the scientific publications between 2007 and 2016 centered on the participants' knowledge, practices and attitudes towards emergency contraception (EC). A survey was done on three databases: Lilacs, BVS-Psi and Scielo, from 2007 to 2016. We found 260 articles, including 25 studies after the evaluation of three independent judges. Regarding the knowledge about AE, it was established that awareness of the method does not equate to effective knowledge about it. Usage is based on failure or forgetting a routine contraceptive. Finally, attitudes toward AE are more grounded in a subjective personal positioning than in effective knowledge.

Keywords: *emergency contraception; morning-after pill; systematic review.*

Resumen

El objetivo de este estudio es realizar una revisión sistemática de las publicaciones científicas entre 2007 y 2016 sobre los conocimientos, las prácticas y las actitudes de los participantes frente a la anticoncepción de emergencia (AE). Se efectuó una búsqueda en tres bases de datos: Lilacs, BVS-Psi y Scielo, en el período de 2007 a 2016. Se encontraron 260 artículos, siendo incluidos 25 estudios después de la evaluación de tres jueces independientes. Sobre los conocimientos sobre la AE, se percibió que saber de la existencia del método no significa tener conocimiento efectivo. Los determinantes del uso, en general, son la falla o el olvido del anticonceptivo de rutina. Finalmente, las actitudes frente a la AE son más basadas en un posicionamiento personal subjetivo que en conocimiento efectivo.

Palabras clave: *anticoncepción de emergencia; la pastilla del día después; revisión sistemática.*

REVISÃO DE LITERATURA

A Anticoncepção de Emergência (AE) tem recebido atenção no meio científico e acadêmico e tais investigações têm como escopo identificar o conhecimento que seus usuários, em maior proporção as jovens e as adolescentes, possuem acerca desse medicamento. Com o avanço da globalização nas últimas décadas, o papel da mulher foi modificado na sociedade, conferindo-lhe maior participação política e econômica e possibilitando-lhe passar a integrar o mercado de trabalho e ter maior poder relativo à sua vida pessoal, reconheceu-se a importância do planejamento familiar para o pleno exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos (Mascarenhas et al., 2012).

A AE faz parte de um cenário crescente de conquistas no campo dos direitos sexuais e reprodutivos brasileiros, tendo a possibilidade de causar um impacto significativamente positivo em diversos temas que vêm sendo discutidos para garantir o exercício saudável da saúde sexual e reprodutiva de homens e mulheres, adultos e jovens (Figueiredo, 2004).

Nesse sentido, a administração de contracepção de emergência é uma ferramenta importante para melhorar a qualidade dos serviços prestados pelos programas de saúde sexual e reprodutiva, e especificamente no recurso de planejamento familiar, uma vez que nenhum controle de natalidade é totalmente eficaz e há casais que não usam a contracepção escolhida de forma correta (Toro-Merlo, 2011).

Conhecida pelo senso comum como “pílula do dia seguinte”, esse termo engendra a noção de “emergência” e não expressa o momento certo para seu uso, já que a pílula do dia seguinte está frequentemente associada no imaginário/universo da saúde pública às noções de “risco”, “perigo” (Brandão, Cabral, Ventura, & Paiva, 2017; Toro-Merlo, 2011). O que muitas vezes dificulta o seu uso e podem ser explicadas pela falta de conhecimento da sua prescrição, havendo em decorrência disso, a importância e necessidade da mídia, para a democratização das informações, tanto quanto para a desconstrução de mitos e barreiras sobre tal método (Souza, 2008).

Além da preocupação com os efeitos colaterais, que são poucos e fugazes, principalmente para a maioria das usuárias de AE, uma grande preocupação dos usuários e até dos profissionais é a crença de que os anticoncepcionais de emergência seriam microabortivos (Nogueira, Reis & Poli Neto, 2000; Spinelli, Souza, Vanderlei & Vidal, 2014).

Percebe-se que pensar sobre o uso desse método contraceptivo é se debruçar sobre esse desconforto, ou mesmo, certa demonização em relação à contracepção de emergência. Ao refletir sobre tal demanda, duas questões se colocam de forma sinérgica: se, por um lado, o recurso à contracepção de emergência representa assistência às vítimas de violência sexual, autonomia feminina e controle frequentemente presente no âmbito do par conjugal, por outro lado, ela é majoritariamente representada como algo arriscado e perigoso, uma “bomba hormonal” (Brandão et al., 2017).

Perante o exposto e, tendo em vista a escassez de revisões sobre o tema, bem como a importância de demonstrar um panorama geral do estado da arte do uso da “pílula do dia seguinte”, a presente investigação tem como objetivo geral realizar uma revisão sistemática das publicações científicas entre 2007 e 2016 sobre os conhecimentos, as práticas e as atitudes dos participantes frente à AE.

MÉTODO

Desenho

Para realização deste estudo teórico, empregou-se as diretrizes norteadoras recomendadas em estudos prévios destacados por Araújo, Teva e Bermúdez (2015) e por Costa e Zoltowski (2014). Deste modo, elaborou-se o seguinte plano de análise: delimitação do objeto a ser pesquisado; escolha das fontes de dados; eleição das palavras-chave; definição dos critérios de inclusão e exclusão; busca e armazenamento dos artigos; seleção dos artigos pelo resumo; análise dos artigos selecionados; categorização quanto aos objetivos desta revisão e quanto à metodologia empregada, e, discussão e conclusões.

Procedimento

Foram analisados artigos de pesquisas de campo com sujeitos humanos publicados em revistas científicas. A busca de artigos foi realizada nas bases eletrônicas que seguem: Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), Portal da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS-Psi Brasil) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Os descritores em português e espanhol foram: 1) Pílula do Dia Seguinte – *Píldora del Dia Seguinte* e 2) Anticoncepção de Emergência – *Anticoncepcion de Emergencia*.

Os procedimentos de busca, seleção e análise dos artigos foram realizados por dois juízes independentes em cinco etapas, observando os critérios de inclusão e exclusão definidos para esta revisão. Na primeira etapa, realizou-se a busca nas bases de dados, de artigos científicos das ciências humanas e da saúde, nos idiomas português e espanhol, disponíveis em

texto completo, publicados entre 2007 e 2016 – a busca foi empreendida em junho de 2017. Na segunda etapa, houve a exclusão dos artigos duplicados entre as bases de dados e entre a mesma base de dados. Na terceira etapa, realizou-se a análise dos resumos por dois juízes, com o intuito de identificar os estudos que estavam de acordo com os objetivos. Os artigos excluídos foram: estudos teóricos, artigos sem texto completo, artigos cujo objetivo principal não consistia em estudar a anticoncepção de emergência, pesquisas documentais e estudos clínicos. Na quarta etapa, avaliou-se a concordância entre juízes no que tange à inclusão e exclusão dos artigos e encaminhamento dos casos discordantes para avaliação de um juiz externo e obtenção de consenso. Por fim, na quinta etapa empreendeu-se a decodificação, análise e discussão dos estudos pelos juízes.

Os critérios de exclusão foram: artigos duplicados, teóricos, sem texto completo, artigos cujo objetivo principal não era estudar a anticoncepção de emergência, pesquisas documentais e estudos clínicos. A exclusão dos estudos clínicos se deu por, em sua maioria, abordarem questões relacionadas ao mecanismo de ação da anticoncepção de emergência, o que não contempla os objetivos desta revisão.

Após a seleção final dos artigos, procedeu-se a uma classificação levando em conta o tema principal abordado pela obra. As três categorias foram: conhecimentos acerca da AE; práticas relacionadas à AE; e atitudes frente à AE. Vale ressaltar que pelo fato de as referidas variáveis estarem fortemente ligadas, não houve o critério de exclusividade de artigo por categoria. Posteriormente, ainda realizou-se uma categorização metodológica dos artigos, salientando o tipo de estudo, a amostra e os instrumentos.

RESULTADOS

Salienta-se que a busca geral de artigos nas bases de dados definidas para a realização da presente revisão resultou em 260 publicações científicas, conforme exemplificado na Figura 1: BVS-Psi Brasil (n = 41), Lilacs (n = 153) e Scielo (n = 66). Do total, foram eliminados 80 artigos por estarem repetidos entre as bases de dados. Seguindo em frente, cada

juiz analisou, de forma independente, os resumos de 180 artigos. Destes, observou-se concordância para 177 estudos, sendo 155 para exclusão e 22 para seguir em análise.

No entanto, ocorreu discordância entre os dois juízes com relação a três artigos. Para solucionar o impasse, recorreu-se à avaliação de um terceiro juiz e, após isso, decidiu-se por unanimidade pela inclusão dos estudos.

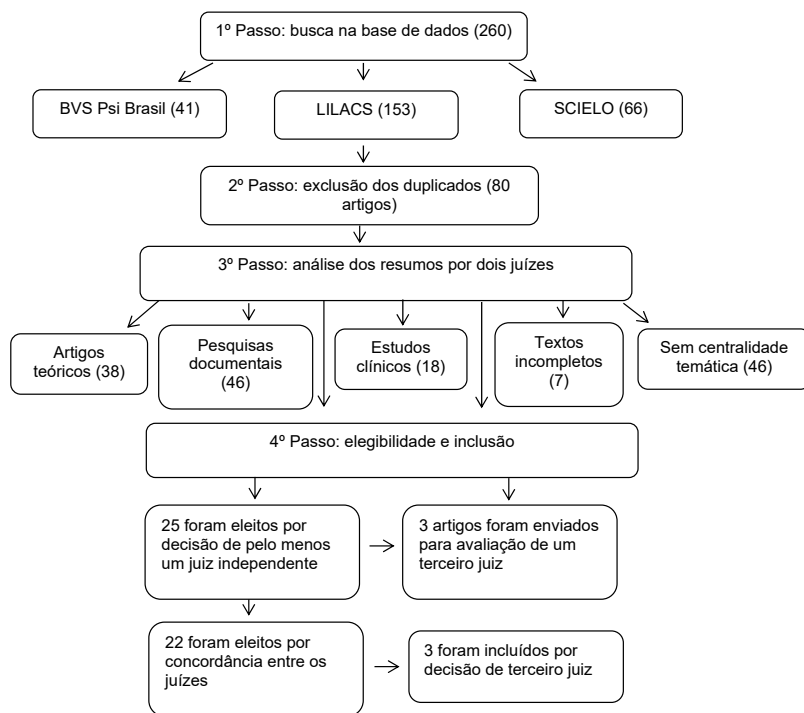


Figura 1 – Procedimentos de seleção dos artigos

A amostra final analisada consistiu em 25 artigos, na Tabela 1 pode-se observar uma caracterização metodológica e uma síntese das categorias temáticas analisadas nos estudos. Além disso, pode-se notar que a maioria dos estudos publicados tem o Brasil como país de origem ($n=18$), ficando Austrália, México, Peru, Portugal, Trinidad e Tobago e Venezuela com a mesma quantidade de trabalhos ($n=1$). Neste sentido, observa-se predomínio do idioma português ($n=18$) em relação ao inglês ($n=4$) e ao espanhol ($n=3$).

Tabela 1 – Caracterização metodológica dos estudos e síntese das categorias temáticas

Id	Objetivo	Estudo	Instrumentos	Categorias Temáticas
1	Determinar o nível de conhecimentos e atitudes que têm os gineco-obstetras que trabalham nos hospitais do Ministério da Saúde de Lima e Callao sobre a anticoncepção oral de emergência (AOE)	Quantitativo/ médicos	Questionário	Conhecimentos acerca da AE/ Atitudes frente à AE
2	Determinar o conhecimento sobre a anticoncepção de emergência em novas usuárias de um serviço de planejamento familiar	Quantitativo/ Mulheres	Entrevista estruturada	Conhecimentos acerca da AE
3	Caracterizar o comportamento contraceptivo, especialmente o uso da anticoncepção de emergência, entre mulheres jovens de alta escolaridade	Quantitativo/ Universitárias	Questionário online	Práticas relacionadas à AE
4	Conhecer a informação e a atitude dos jovens relativamente à contracepção de emergência (anticoncepcional pós-coito)	Quantitativo/ Adolescentes	Questionário	Conhecimentos acerca AE/ Atitudes frente à AE
5	Investigar o conhecimento e o uso do contraceptivo de emergência em 4.210 adolescentes (14-19 anos) da rede pública estadual de Pernambuco, Brasil	Quantitativo/ Adolescentes	Questionário	Conhecimentos acerca AE/ Práticas relacionadas à AE/ Atitudes frente à AE
6	Avaliar o conhecimento e o uso da anticoncepção de emergência (AE) e fatores associados em estudantes de instituições públicas em Morelos, México	Quantitativo/ Universitários	Questionário	Conhecimentos acerca AE/ Práticas relacionadas
7	Descrever o comportamento contraceptivo /de jovens estudantes de uma universidade pública do Estado de São Paulo e, em especial, conhecer os determinantes de uso da anticoncepção de emergência entre as mulheres	Quantitativo/ Universitários	Questionário estruturado online	Práticas relacionadas à AE
8	O objetivo deste estudo foi avaliar o conhecimento geral, a atitude e o uso da Pílula Anticoncepcional de Emergência (PAE) entre alunos de nível superior em Trinidad	Quantitativo/ Universitários	Questionário	Conhecimentos acerca AE/ Atitudes frente à AE

Id	Objetivo	Estudo	Instrumentos	Categorias Temáticas
9	Avaliar as diferenças regionais de conhecimento, opinião e uso de anticoncepção de emergência entre universitários brasileiros	Quantitativo/ Adolescentes	Questionário semiestruturado	Conhecimentos acerca AE/ Práticas relacionadas à AE
10	Descrever os fatores associados ao uso autodeclarado da anticoncepção de emergência na população adolescente escolarizada da cidade de Terrassa no ano de 2008	Quantitativo/ Adolescentes	Questionário	
11	Enfoque no risco e ocorrência de gravidez não planejada, abortos, conhecimento, acesso e uso da contracepção de emergência entre mulheres com HIV/Aids	Quantitativo/ Mulheres	Questionário semiestruturado	Práticas relacionadas à AE
12	Identificar o perfil das consumidoras de contraceptivos de emergência	Quantitativo/ Farmacêuticos	Instrumento específico	Conhecimentos acerca da AE; Práticas relacionadas à AE
13	Descrever o conhecimento e a utilização da Contracepção de Emergência (CE) por estudantes	Quantitativo/ Universitários	Questionário	Práticas relacionadas à AE
14	Identificar o conhecimento e o uso da contracepção de emergência entre adolescentes	Qualitativo/ adolescentes	Questionário semiestruturado	Conhecimentos acerca da AE; Práticas relacionadas à AE
15	Investigar o conhecimento, o consumo e o acesso do CE método entre mulheres universitárias do Sul do Estado de Santa Catarina	Quantitativo/ Universitárias	Formulário	Conhecimentos acerca da AE; Práticas relacionadas à AE
16	Determinar a prevalência do uso de uma lista de verificação de avaliação prévia por escrito para fornecimento de contracepção de emergência por farmacêuticos. E verificar o efeito desta na avaliação e no fornecimento adequado	Quantitativo/ Farmácias	Visitas simuladas	Conhecimentos acerca da AE; Práticas relacionadas à AE
17	Verificar o comportamento sexual de adolescentes matriculados em escolas públicas de ensino médio do município de Cascavel – PR	Quantitativo/ Adolescentes	Questionário da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo	Práticas relacionadas à AE

Id	Objetivo	Estudo	Instrumentos	Categorias Temáticas
18	Conhecer como a interação social entre o/a vendedor/a e/ou farmacêutico/a e o/a consumidor/a no ato da compra da pílula	Qualitativo/ Balconistas de farmácias	Observação	Práticas relacionadas à AE
19	Identificar o conhecimento e atitude em relação a anticoncepção de emergência de estudantes de enfermagem de uma universidade pública de Goiás	Quantitativo/ Universitários	Questionário	Práticas relacionadas à AE
20	Analisar os determinantes do não uso da anticoncepção de emergência entre mulheres com gravidez não planejada ou ambivalente	Quantitativo/ Gestantes	Entrevista estruturada	Práticas relacionadas à AE
21	Investigar a prevalência de uso e conhecimento sobre o uso correto da CE entre as mulheres encaminhadas para tratamento em um hospital no Brasil	Quantitativo/ Mulheres	Questionário	Conhecimentos acerca da AE; Práticas relacionadas à AE
22	Analisar o nível de conhecimento sobre anticoncepção de emergência entre adolescentes do ensino médio de escolas públicas e privadas	Quantitativo/ Adolescentes	Questionário	Conhecimentos acerca da AE
23	Descrever as características da utilização da contracepção de emergência (CE) em unidades de saúde da família (USF) da cidade do Recife	Quantitativo/ Médicos e Enfermeiros	Questionário	Conhecimentos acerca da AE
24	Testar como o conhecimento sobre anticoncepção de emergência influencia no uso deste método	Quantitativo/ Universitários	Questionário	Conhecimentos acerca da AE; Práticas relacionadas à AE
25	Conhecer a perspectiva dos balconistas de farmácias sobre a contracepção de emergência na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil	Qualitativo/ Balconistas de farmácia	Questionário fechado e entrevista semiestruturada	Conhecimentos acerca da AE; Atitudes frente à AE

Para melhor compreender a distribuição dos artigos nas categorias de conhecimento, práticas e atitudes, faz-se, em seguida, uma descrição do delineamento dos artigos e dos principais achados para cada categoria.

Conhecimentos acerca da AE. Enquadraram-se nesta categoria, total ou parcialmente, 17 artigos. Quanto ao tipo de abordagem do estudo, identifica-se que 88,23% são quantitativos e, apenas, 11,76% qualitativos. Sobre a amostra estudada, as investigações consideraram médicos e enfermeiros (11,76%), estudantes de universidades públicas e privadas e, majoritariamente, de cursos de saúde (35,29%), adolescentes (32,41%) mulheres usuárias de serviços de saúde (11,76%) e balconistas de farmácias (11,76%). Já com relação aos instrumentos utilizados para a realização da coleta de dados, observou-se a predominância de questionários (88,23%) em suas variadas formas: lápis e papel, online, estruturado e semiestruturado. Em proporção ínfima, apareceu também entrevista (78%) e formulário (5,78%).

A maioria dos estudos que contemplam esta dimensão demonstra que, em geral, as pessoas pesquisadas já tinham ouvido falar sobre a AE. No entanto, chama atenção o fato de que conhecer a AE não se traduz em conhecimento efetivo, por exemplo, saber onde encontrá-la e como utilizá-la. As exceções nesta categoria se referem a três estudos: uma pesquisa realizada com mulheres usuárias de um serviço de planejamento familiar em Caracas/VE, onde a maioria relatou nunca ter ouvido falar sobre a AE, e, por outro lado, à investigação peruana na qual todos os médicos possuíam conhecimento efetivo sobre a AE e uma brasileira, onde grande parte dos médicos e enfermeiros demonstraram propriedade ao tratarem sobre a AE.

Ao considerar as principais fontes de informação sobre a AE, destaca-se que os artigos evidenciam que os amigos/colegas se constituem no meio privilegiado de esclarecimento sobre o tema. Por outro lado, constata-se que uma parte insignificante acessa tais informações por meio dos serviços de saúde.

Práticas relacionadas à AE. No que concerne aos artigos que trazem como objetivo, compreender as práticas de contracepção de emergência ou as práticas relacionadas a este método, foram incluídos, total ou parcialmente, 17 artigos. Quanto ao tipo de estudo utilizado para essa compreensão, os autores, em 88,2% utilizaram o método quantitativo, e

apenas 11,8%, foram do tipo qualitativo. Referente à amostra abordada para os estudos, no geral, compõe-se por estudantes adolescentes e jovens adultos entre os 10 a 24 anos de idade, graduandos em seu primeiro ano de graduação, graduandos do curso de enfermagem e demais cursos, farmacêuticos, balconistas de farmácias, estabelecimento farmacêuticos, gestantes e adolescentes e mulheres sexualmente experientes.

As amostras dos estudos em sua maioria são do sexo feminino. Os instrumentos utilizados para coleta se apresentaram em suma, em formas de questionários (70,5%), dentre estes, questionários online, semiestruturados e baseados em outros modelos de questionários. Utilizaram também entrevistas (11,8%), formulários (5,9%), visitas simuladas (5,9%) e observação (5,9%).

De acordo com respondentes dos estudos revisados, o uso da AE tem sido utilizado pelo menos uma vez e seu uso se relaciona a alguns fatores, dentre eles estão: as falhas e esquecimento de outros métodos, morar em áreas suburbanas, ter relações sexuais semanalmente e fazer uso de álcool. Há ainda pessoas que utilizam de dupla proteção como o AE e a injeção. Os resultados também apontaram uma relação significativa entre conhecer pessoas que já haviam utilizado e/ou continham informações sobre este método, com o uso da AE.

Por fim, outro dado relevante é que, apesar de não terem sido encontradas grandes diferenças entre adolescentes e adultas, nos resultados, farmacêuticos relataram que o maior público consumidor de AE consiste em jovens, além de que seu uso tem sido buscado sem uso de prescrição médica, o que corrobora com os relatos trazidos pelas mulheres de que a procura de AE é feita sem uso de prescrição médica.

Atitudes frente à AE. Nesta categoria incluíram-se, total ou parcialmente, 5 artigos. Quanto ao tipo de abordagem do estudo, identifica-se que 4 são quantitativos e 1 qualitativo. Sobre a amostra estudada, as investigações consideraram médicos (1), estudantes de universidades públicas e de cursos de saúde (2), adolescentes (1) e balconistas de farmácias (1). No que se refere aos instrumentos utilizados para a realização da

coleta de dados, observou-se a maior utilização de questionários (80%) em formato de lápis e papel, do tipo estruturado. Apenas um estudo fez uso de entrevista.

Os resultados mostram que praticamente todos os estudos que investigaram as atitudes dos participantes frente ao uso da AE concluíram haver o predomínio de atitudes favoráveis ao método. No entanto, neste cenário percebe-se o registro de um artigo com dados dissonantes, uma vez que, para sua amostra – balconistas de farmácias do Rio de Janeiro – a AE foi representada como sendo uma “bomba hormonal”, caracterizando uma atitude negativa sobre o método.

DISCUSSÃO

A partir do conjunto de publicações relacionadas a AE encontrado entre os anos de 2007 e 2016 pode ser considerado razoável e com fluxo contínuo, ainda que em 2015 não tenha havido qualquer estudo e que em 2010 e 2016 tenha tido um aumento nos artigos publicados. Esse resultado pode indicar uma preocupação constante dos pesquisadores no que se refere ao estudo da sexualidade e, mais especificamente, da Anticoncepção de Emergência.

Na primeira categoria apresentada nesta revisão – conhecimentos acerca da AE – observa-se o predomínio de publicações com abordagem quantitativa, com amostras representadas por estudantes universitários ou por adolescentes e pelo uso preferencial de questionários como instrumentos de coleta de dados. Apesar dos estudos atingirem os objetivos aos quais se propõem, aventa-se a necessidade de diversificar as metodologias utilizadas com vistas a ampliar a compreensão do fenômeno estudado, por exemplo, recorrendo-se a abordagens qualitativas, estudos de caso, entrevistas, grupos focais, dentre outros. Também seria relevante uma maior variedade no perfil dos participantes das amostras pesquisadas visando a elevar o nível de representatividade da população.

Com relação à categoria que aborda o conhecimento sobre a AE, percebe-se que, no geral, quase a totalidade de pessoas tem noção de sua existência. No entanto, uma constatação que se mostra bastante relevante

é a diferenciação entre dois tipos de conhecimento relacionados à AE. Um significa apenas o fato de ter ouvido falar sobre o método e, o outro, enfatiza o conhecimento efetivo, ou seja, um saber que instrumentaliza o sujeito acerca de como ter acesso, onde encontrar e de como e em quais situações utilizar a anticoncepção (Araújo & Costa, 2009; Bataglião & Mamede, 2011; Brandão et al., 2016; Castro & Rodrigues, 2009; Leyva-López et al., 2010; Silva et al., 2010; Lubianca et al., 2014; Veloso, Peres, Lopes, Salge, & Guimarães, 2014).

Conforme o exposto salienta-se que a maioria dos participantes das amostras, ainda que conheça a AE, demonstra ignorar aspectos fundamentais relacionados a este recurso. Na contramão destes resultados, encontra-se três estudos, isso porque dois evidenciam amostras que reportam conhecimento efetivo (Mezarina et al., 2007; Spinelli et al., 2014) e um outro estudo refere uma amostra em que a maioria nem ao menos ouviu falar sobre a AE (Fernández et al., 2008).

Nesse estudo do ano de 2008, uma possível explicação para o desconhecimento de grande parte dos participantes da pesquisa acima pode dever-se ao fato de estes terem sido mulheres em geral que estavam em busca de consulta num serviço de planejamento familiar. Assim, especula-se que variáveis como o nível socioeconômico, bem como de escolaridade podem ter desempenhado um papel importante nas conclusões. Por sua vez, os estudos em que se nota um elevado nível de conhecimento efetivo tem como participantes profissionais da saúde, tais como, médicos e enfermeiros, o que revela resultados em consonância ao esperado para estes segmentos da população.

Um dado que pode estar associada ao baixo conhecimento efetivo apresentado pela quase totalidade das amostras pesquisadas é o fato de que as principais fontes de acesso a informações sobre a AE centram-se nas comunicações informais entre os amigos ou colegas (Castro & Rodrigues, 2009; Cristovam, Osaku, Gabriel, Dalaqua, & Saqueti, 2013), no âmbito escolar (Bataglião & Mamede, 2011; Silva et al., 2010) ou nos meios de comunicação em massa (Rodrigues & Jardim, 2012). Aliado a isto,

possivelmente está à falta de informação sobre AE através de orientação médica (Fernández et al., 2008; Parey et al., 2010). E a falta de uma política de saúde consistente com educação para o uso de contraceptivos.

O referido contexto torna-se mais preocupante ao perceber-se que grande parte dos estudos são realizados com adolescentes, uma população que se encontra numa fase de desenvolvimento marcada por intensas mudanças e que, não raramente, deixam o adolescente vulnerável a diversas situações. Assim, o distanciamento dos profissionais da saúde em relação a esta parcela da população, muitas vezes vista como um grupo sem vida sexual ativa, contribui para a vivência de uma sexualidade, onde o risco de uma gravidez indesejada e de contrair uma doença sexualmente transmissível (DST/HIV-AIDS) são quase que iminentes.

As práticas adotadas por homens e mulheres com relação ao uso de AE variam, mas a faixa etária não tem sido um fator que demonstre diferenças significativas nos comportamentos. No geral, mais da metade dos entrevistados nos estudos já haviam iniciado a vida sexual e já haviam feito o uso de AE.

A forma como a AE vem sendo adquirida, consiste, na maioria dos casos, por iniciativa própria ou do parceiro (Bastos, Borges, Hoga, Fernandes, & Contin, 2008; Cristovam et al., 2013). Outros determinantes para o uso da AE tem sido as falhas dos métodos contraceptivos, que são relatadas como rompimentos, vazamentos ou permanência da camisinha dentro de seus corpos após o término da relação sexual, esquecimentos; insegurança em relação à eficácia do anticoncepcivo utilizado decorrente das falhas; ter dois ou mais parceiros sexuais; conhecer alguém que já tinha utilizado; fazer uso abusivo de álcool; penetração semanalmente e fazer uso de cannabis (Alano, Costa, Miranda, & Galato, 2012; Bataglião & Mamede, 2011; Borges, Fujimori, Hoga, & Contin, 2010; Figueiredo, 2010; López-Amorós, Schiaffino, Moncada, & Pérez, 2010; Santos, Borges, Chofakian, & Pirotta, 2014; Chofakian et al., 2016).

Em um estudo que se buscava encontrar diferenças regionais do uso de AE entre universitários, verifica-se que em São Paulo e Santa Catarina, o principal motivo do uso da AE foi acidente com preservativo, mas em Goiás e no Rio Grande do Norte, ausência do uso de outros métodos contraceptivos

foi o fator determinante e dentre os principais motivos do não uso e de não saber se usariam, encontram-se a falta de informação suficiente sobre o método, sobre seus efeitos colaterais, complicações para a mulher e para o feto, no caso de gravidez, e a percepção sobre o método ser abortivo, apesar de a maioria não o considerar abortivo. Ainda, as universitárias que usariam a AE acreditavam que o método traz riscos à saúde, além da possibilidade do uso estimular os adolescentes a terem relação sexual desprotegida (Silva et al., 2010), pois, uma vez que parece que os adolescentes podem acessar a AE sempre que enfrentarem uma relação sexual desprotegida, também pode ser visto como um marcador de muitas falhas e descontinuidades no uso de outros métodos anticoncepcionais (Chofakian et al., 2016). Quanto ao acesso a AE pela população adolescente, a compreensão dos participantes desses estudos se mostra negativa ao supor que a relação sexual entre adolescentes como uma prática marcada pela impulsividade e consequente irresponsabilidade.

Observa-se ainda que muitos dos indivíduos nos estudos realizados, não fazem o uso de preservativo, e que o uso de AE mostra-se mais presente quando o uso de preservativo diminui e mesmo quando o uso de preservativo é muito maior do que a de AE, o uso de preservativo ainda permanece baixo (Bastos et al., 2008; Leyva-López et al., 2010).

Um dado que necessita atenção por ser um determinante para o não uso, é a forma como os usuários de AE têm suas informações sobre o método, verifica-se que os principais agentes de informação tem sido os amigos, pais ou parentes e em terceiro momento, profissionais da saúde, e que esse uso vem sendo realizado de forma incorreta (Borges, Fujimori, Hoga, & Contin, 2010; Chofakian, et al., 2016). Outro dado relevante é que estudantes da área da saúde não cominam em comportamentos contraceptivos mais seguros (Bastos et al., 2008).

Quanto às formas de aquisição da AE, a maioria das mulheres adquiriu o método em farmácias e sem apresentação da prescrição médica e menos da metade, afirmaram ter recebido alguma informação no momento da compra (Alano et al., 2012; Borges et al., 2010; Santos & Santos, 2011).

Dentre as às reações adversas mais comuns após o uso encontram-se náuseas, vômito, sangramento, cólicas, cefaleia e alterações no ciclo menstrual (Alano et al., 2012; Santos & Santos, 2011).

Embora nos estudos haja relatos de conhecimento sobre o AE, quando convidados a descrever com precisão o seu uso adequado, os usuários não apresentam êxito (Lubianca et al., 2014). Foi realizado na Austrália, um estudo que tinha com o objetivo determinar a utilização de uma lista de verificação de avaliação por escrito para fornecimento de AE sem receita por farmácias da comunidade e para medir o efeito da lista de verificação na avaliação e fornecimento adequados da AE e observou-se que a grande maioria das equipes de farmácia usou uma lista de verificação de avaliação de paciente por escrito (Schneider, Gudka, Fleischer, & Clifford, 2013) tais estudos se fazem importantes para avaliar as formas como estão sendo repassadas as informações para os usuários de AE, já que estas podem influenciar nas práticas.

Na categoria referente às atitudes frente à AE houve o menor número de publicações. Predominam artigos com abordagem quantitativa, o que se alinha à base epistemológica hegemônica no estudo destes construtos, a saber, o positivismo. As amostras foram bastante diversificadas, o que contribui para ampliar o conhecimento do objeto estudado, e sobre os instrumentos utilizados sobressai-se o uso de questionários estruturados. Dentro deste contexto, chama atenção a importância de realizar mais estudos abordando as atitudes e o desenvolvimento de escalas específicas para mensurá-las, tal como, uma escala de atitudes de mulheres frente à anticoncepção de emergência.

Ao discutir sobre atitudes é importante compreender adequadamente a que se refere este construto consagrado pelos estudos em Psicologia Social. Rodrigues, Assmar e Jablonski (1999, p. 98) conceituam atitude como sendo “uma organização duradoura de crenças e cognições em geral, dotada de carga afetiva pró ou contra um objeto social definido, que predispõe a uma ação coerente com as cognições e afetos a este objeto”. Assim, o fato de grande parte dos participantes dos estudos terem evidenciado uma atitude

favorável à AE (Castro & Rodrigues, 2008; Mezarina et al., 2007; Parey et al., 2010; Veloso et al., 2014) pode significar uma maior probabilidade em relação ao uso e à indicação do método.

Por outro lado, também se evidencia um estudo que não corrobora os resultados acima (Veloso et al., 2014). Nesta investigação, os participantes demonstraram o predomínio de uma concepção moralizante frente à AE, o que contribuiu para a formação de atitudes fortemente contrárias ao seu uso, bem como para representá-la como sendo uma “bomba hormonal” que representa sérios riscos à saúde. Este achado se torna mais significativo quando se descobre que estas pessoas são balconistas de farmácias e que por lidarem diretamente com a venda da AE, podem gerar desconfortos e constrangimentos ao atenderem as usuárias do método.

Ainda é importante enfatizar que a atitude frente à AE parece não ter como fundamento um conhecimento efetivo, uma vez que grande parte das pessoas pesquisadas demonstra apenas um conhecimento superficial acerca deste método, o que leva à possível constatação de que a formação da atitude, neste âmbito, embasa-se fortemente em uma postura pessoal subjetiva, tal como observado em alguns estudos (Castro & Rodrigues, 2009; Veloso et al., 2014). O fato de os estudos sobre as atitudes estarem normalmente associados a outras dimensões está fortemente associado aos seus componentes cognitivos, afetivos e de predisposição comportamental (Michener, DeLamater, & Myers, 2005).

CONCLUSÃO

Um dado que se mostra preocupante é o fato de grande parte das pesquisas relatarem que o conhecimento sobre a AE normalmente se resume apenas a saber de sua existência e que isto não se traduz em saber onde, como e em quais situações utilizá-la, já que muitos dos respondentes utilizavam o método de forma incorreta. Aliado a isto, ainda tem-se que, em geral, as principais fontes de informação sobre o método são os amigos, a escola e os meios de comunicação. Deste modo, percebe-se a necessidade de reformulações nos serviços de saúde, tendo em vista uma maior proximidade com as necessidades da população.

Dado que a maior parte das publicações são originárias do contexto brasileiro e publicadas em português, torna-se difícil considerar os resultados como representativos de um panorama da América Latina. As bases de dados também podem não contemplar todo o volume de publicações envolvendo o objeto deste estudo, tendo em vista a eleição de apenas três fontes. Contudo, este estudo mostra sua relevância ao discutir sobre o único método que pode ser utilizado após uma relação sexual desprotegida, o que torna a AE fundamental para a autonomia e possibilidade de escolha das mulheres, no que se refere aos seus direitos sexuais e reprodutivos.

REFERÊNCIAS

- Alano, G. M., Costa, L. N., Miranda, L. R., & Galato, D. (2012). Conhecimento, consumo e acesso à contracepção de emergência entre mulheres universitárias no sul do Estado de Santa Catarina. *Ciência & Saúde Coletiva*, *17*(9), 2397-2404. doi: 10.1590/S1413-81232012000900020
- Araújo, L. F., Teva, I., & Bermúdez, M. P. (2015). Resilience in adults: a theoretical review. *Terapia psicológica*, *33*(3), 257-276. doi: 10.4067/S0718-48082015000300009
- Araújo, M. S. P., & Costa, L. O. B. F. (2009). Comportamento sexual e contracepção de emergência entre adolescentes de escolas públicas de Pernambuco, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, *25*(3), 551-562. doi: 10.1590/S0102-311X2009000300010
- Bastos, M. R., Borges, A. L. V., Hoga, L. A. K., Fernandes, M. P., & Contin, M. V. (2008). Práticas contraceptivas entre jovens universitárias: o uso da anticoncepção de emergência. *Texto & Contexto - Enfermagem*, *17*(3), 447-456. doi: 10.1590/S0104-07072008000300005
- Bataglião, E. M. L., & Mamede, F. V. (2011). Conhecimento e utilização da Contracepção de Emergência por acadêmicos de enfermagem. *Escola Anna Nery*, *15*(2), 284-290. doi: 10.1590/S1414-81452011000200010
- Borges, A. L. V., Fujimori, E., Hoga, L. A. K., & Contin, M. V. (2010). Práticas contraceptivas entre jovens universitários: o uso da anticoncepção de emergência. *Cadernos de Saúde Pública*, *26*(4), 816-826. doi: 10.1590/S0102-311X2010000400023

- Brandão, E. R., Cabral, C. S., Ventura, M., Paiva, S. P., Bastos, L. L., Oliveira, N. V. B. V., & Szabo, I. (2016). “Bomba hormonal”: os riscos da contracepção de emergência na perspectiva dos balconistas de farmácias no Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 32(9), e00136615. doi: 10.1590/0102-311X00136615
- Brandão, E. R., Cabral, C. S., Ventura, B., & Paiva, S. P. (2017). Os perigos subsumidos na contracepção de emergência: moralidades e saberes em jogo. *Horizontes Antropológicos*, 23(47), 131-161. doi: 10.1590/s0104-71832017000100005
- Castro, J. F., & Rodrigues, V. M. C. P. (2009). Conhecimentos e atitudes dos jovens face à contracepção de emergência. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 43(4), 889-894. doi: 10.1590/S0080-62342009000400021
- Chofakian, C. B. N., Borges, A. L. V., Sato, A. P. S., Alencar, G. P., Santos, O. A., & Fujimori, E. (2016). Does the knowledge of emergency contraception affect its use among high school adolescents?. *Cadernos de Saúde Pública*, 32(1), e00188214. doi: 10.1590/0102-311X00188214
- Costa, A. B., & Zoltowski, A. P. C. (2014). Como escrever um artigo de revisão sistemática. Em S. H. Koller, M. C. P. P. Couto, & J. Hohendorff (Orgs.). *Manual de produção científica*. Porto Alegre: Penso.
- Cristovam, M. A. S., Osaku, N. O., Gabriel, G. F. C. P., Dalaqua, K., & Saqueti, F. (2013). Comportamento sexual e contracepção entre adolescentes. *Revista Brasileira de Medicina*, 49(5), 570-577. Recuperado de http://www.moreirajr.com.br/revistas.asp?fase=r003&id_materia=5379
- Fernández, R., López, L., Martínez, H., Kopecky, D., Uzcátegui, G., & Muñoz, M. (2008). Anticoncepción de emergencia: percepción y conocimiento en nuevas usuarias del Servicio de Planificación Familiar. *Revista de Obstetricia y Ginecología de Venezuela*, 68(3), 181-186. Recuperado de http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0048-77322008000300008&lng=pt&tlng=es.

- Figueiredo, R. (2004). Contracepção de emergência no Brasil: necessidade, acesso e política nacional. *Revista Saúde Sexual e Reprodutiva*, (13). Recuperado de http://www.ipas.org.br/arquivos/10anos/Regina_CE2004.doc
- Figueiredo, R. (2010). Uso de preservativos, risco e ocorrência de gravidez não planejada e conhecimento e acesso à contracepção de emergência entre mulheres com HIV/aids. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15(1), 1175-1183. doi: 10.1590/S1413-81232010000700026
- Leyva-López, A., Chávez-Ayala, R., Atienzo, E., Allen-Leigh, B., Ramírez-Villalobos, D., Yunes-Díaz, E., & Rivera-Rivera, L. (2010). Anticoncepción de emergencia en estudiantes mexicanos. *Salud Pública de México*, 52(2), 156-164. doi: 10.1590/S0036-36342010000200008
- López-Amorós, M., Schiaffino, A., Moncada, A., & Pérez, G. (2010). Factores asociados al uso autodeclarado de la anticoncepción de emergencia en la población escolarizada de 14 a 18 años de edad. *Gaceta Sanitaria*, 24(5), 404-409. doi: 10.1016/j.gaceta.2010.05.010
- Lubianca, J. N., Fischer, F., Cunha, V. T., Martins, D. E., Cioba, C., Capp, E., & Wender, M. C. O. (2014). Knowledge about emergency contraception among women referred for treatment at a university hospital in Brazil. *Clin Biomed* 34(1), 60-66. Recuperado de <http://seer.ufrgs.br/index.php/hcpa/article/view/44541/28773>
- Mascarenhas, L. N., Peters, C., Hansen, D., Dourado, F., Lacerda, L., Barbosa, L., Neves, N. (2012). Contracepção na contemporaneidade: o distanciamento da moral católica. *Revista Bioética*, 20(2), 336-341. Recuperado de http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/622/783
- Mezarina, R., Germán, L., Zavalaga, L., Fernando, L., Huaman, S., José, J., Raúl, B. (2007). Conocimientos y actitudes de médicos ginecoobstetras de Lima y Callao, sobre los mecanismos de acción y prescripción de la anticoncepción oral de emergencia. *Revista Medica Herediana*, 18(2), 92-99. Recuperado de <http://www.upch.edu.pe/vrinve/dugic/revistas/index.php/RMH/article/view/936/902>

- Michener, H. A., DeLamater, J. D., & Myers, D. J. (2005). *Psicologia Social*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Nogueira, A. A., Reis, F. J. C., & Poli Neto, O. B. (2000). Emergency contraceptives: why not use them?. *Medicina, Ribeirão Preto*, 33, 60-63. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/7631/9157>.
- Parey B., Addison, L., Mark J. K., Maurice, B., Tripathi, V., Wahid, S., Sahai, A. (2010). Knowledge, attitude and practice of emergency contraceptive pills among tertiary level students in Trinidad: a cross-sectional survey. *West Indian Medical Journal*, 59(6), 650-655. Recuperado de http://caribbean.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0043-31442010000600010&lng=pt&nrm=iso
- Rodrigues, A., Assmar, E. M. L., & Jablonski, B. (1999). *Psicologia social*. 18 Ed. Rio de Janeiro: Vozes.
- Rodrigues, M. F., & Jardim, D. P. (2012). Conhecimento e uso da contracepção de emergência na adolescência: contribuições para a enfermagem. *Cogitare Enfermagem*, 17(4), 724-729. Recuperado de http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-85362012000400017&lng=pt&tlng=pt
- Santos, G. P., & Santos, J. R. B. (2011). Avaliação do uso de contraceptivo de emergência em distintas regiões de São Paulo. *ConScientiae Saúde*, 10(2), 387-393. Recuperado de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=92919297026>
- Santos, O. A., Borges, A. L. V., Chofakian, C. B. N., & Pirotta, K. C. M. (2014). Determinants of emergency contraception non-use among women in unplanned or ambivalent pregnancies. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 48(spe), 16-22. doi: 10.1590/S0080-623420140000600003
- Schneider, C. R., Gudka, S., Fleischer, L., & Clifford, R. M. (2013). The use of a written assessment checklist for the provision of emergency contraception via community pharmacies: a simulated patient study. *Pharm Pract*, 11(3), 127-31. Recuperado de <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/24223076>

- Silva, F. C., Vitalle, M. S. S., Maranhão, H. S., Canuto, M. H. A., Pires, M. M. S., & Fisberg, M. (2010). Diferenças regionais de conhecimento, opinião e uso de contraceptivo de emergência entre universitários brasileiros de cursos da área de saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 26(9), 1821-1831. doi: 10.1590/S0102-311X2010000900015
- Souza, R. A. (2008). Pílula do dia seguinte: uma revisão de literatura sobre a anticoncepção de emergência. *Cadernos UniFOA*, 4(8), 58-76. Recuperado de <http://web.unifoa.edu.br/cadernos/edicao/08/58.pdf>
- Spinelli, M. B. A. S., Souza, A. I., Vanderlei, L. C. M., & Vidal, S. A. (2014). Características da oferta de contracepção de emergência na rede básica de saúde do Recife, Nordeste do Brasil. *Saúde e Sociedade*, 23(1), 227-237. doi: 10.1590/S0104-12902014000100018
- Toro-Merlo, J. (2011). Anticoncepción de emergencia. *Revista de Obstetricia y Ginecología de Venezuela*, 71(3), 149-150. Recuperado de http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0048-77322011000300001&lng=es&tlng=es.
- Veloso, D. L. C., Peres, V. C., Lopes, J. S. O. C., Salge, A. K. M., & Guimarães, J. V. (2014). Anticoncepção de emergência: conhecimento e atitude de acadêmicos de enfermagem. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 35(2), 33-39. doi: 10.1590/1983-1447.2014.02.41561

Recebido em 02/05/2019

Aceito em 12/02/2020